

STJ00107299

2019

8^a
ED.

MANUAL DE

PROCESSO PENAL

ANDRÉ

NICOLITT

atualizado de
acordo com:

- Lei nº 13.721, de 2018
- Lei nº 13.641, de 2018
- Lei Nº 13.769, de 2018
- Provimento 188/2018 CFOAB



Copyright © 2018, D'Plácido Editora.
Copyright © 2018, André Nicolitt.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues
Leticia Robini

Editora D'Plácido

Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

NICOLLIT, André.

Manual de processo penal -- 8 ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
1108 p.

ISBN: 978-85-60519-60-6

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título. II. Autor

CDD347.9

CDU341.43

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



SUMÁRIO

PREFÁCIO	29
NOTA INTRODUTÓRIA À 8. ^a EDIÇÃO	31
NOTA INTRODUTÓRIA À 7. ^a EDIÇÃO	33
NOTA INTRODUTÓRIA À 6. ^a EDIÇÃO	35
NOTA INTRODUTÓRIA À 5. ^a EDIÇÃO	37
NOTA INTRODUTÓRIA À 4. ^a EDIÇÃO	39
NOTA INTRODUTÓRIA À 1. ^a EDIÇÃO	41
1. ORDENAMENTO JURÍDICO PROCESSUAL PENAL	43
1.1. Interpretação da lei processual penal: interpretação prospectiva e aplicação imediata dos direitos fundamentais	44
1.2. Classificação da hermenêutica	45
1.3. Lei processual penal no espaço	46
1.4. Lei processual penal no tempo	47
1.5. Leis penais processuais mistas (ou híbridas)	48
1.6. Resumos esquemáticos	49
2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO	53
2.1. É possível falar em uma teoria geral do processo?	53
2.2. Jurisdição	56
2.2.1. A jurisdição no quadro atual do direito: neoconstitucionalismo e garantismo	56
2.2.1.1. Constitucionalismo principialista	58
2.2.1.2. Constitucionalismo garantista (ou juspositivista reforçado)	59
2.2.1.3. As críticas lançadas ao neoconstitucionalismo	60
2.2.1.4. Nossa posição: processo penal, garantismo e neoconstitucionalismo	60
a) <i>Superação do positivismo</i>	61
b) <i>Conexão direito e moral</i>	61

c) <i>A técnica de ponderação</i>	61
d) <i>Ativismo judicial</i>	62
2.2.1.5. Apontamentos introdutórios à teoria do garantismo.....	64
2.2.1.6. Garantismo Penal: Sistema Garantista SG.....	66
2.2.2. Escopo da jurisdição.....	68
a) <i>Teoria do conflito e teoria da atuação do direito</i>	68
b) <i>Jurisdição com escopo de satisfazer pretensões (Jaime Guasp)</i>	68
2.2.3. Pretensão e lide.....	69
2.2.4. Jurisdição como função realizadora dos valores constitucionais.....	69
2.2.5. Características.....	70
2.2.6. Princípio da jurisdição.....	70
2.2.7. Notas sobre teoria da justiça.....	71
2.2.7.1. Teoria da Jurisdição e Teoria da Justiça.....	71
2.2.7.2. O que é justiça?.....	73
2.2.7.3. A fórmula <i>suum cuique</i>	75
2.2.7.4. A Justiça em Platão.....	76
2.2.7.5. Justiça em Aristóteles.....	77
2.2.7.6. Justiça em Hobbes.....	79
2.2.7.7. Justiça em Kant.....	80
2.2.7.8. Justiça em Kelsen.....	81
2.2.7.9. Justiça: nossas conclusões.....	82
2.3. Ação.....	84
a) <i>Teorias imanentistas do direito de ação</i>	84
b) <i>Teoria autônoma e concreta do direito de ação</i>	85
c) <i>Teoria autônoma e abstrata do direito de ação</i>	85
2.3.1. Teoria da ação de Liebman.....	85
2.3.2. Conceito e natureza jurídica da ação e a ação penal como dever jurídico.....	85
2.3.3. Condições para o regular exercício do direito de ação.....	87
2.4. Processo.....	88
2.4.1. Processo como contrato e quase contrato.....	88
2.4.2. Processo como relação jurídica X processo como situação jurídica.....	89
2.4.3. Processo como instituição.....	90
2.4.4. Processo como categoria autônoma.....	90
2.4.5. Processo como garantia fundamental (nossa posição).....	90
2.4.6. Processo penal: conceito.....	93
2.5. Nota introdutória à teoria geral dos direitos fundamentais.....	94
2.5.1. Questão conceitual: direitos fundamentais, direitos do homem e direitos humanos.....	95
2.5.1.1. Definição de direitos fundamentais para fins didáticos.....	96
2.5.2. História e dimensões dos direitos fundamentais.....	96
2.5.2.1. Direitos de Primeira Geração.....	101
2.5.2.2. Direitos de Segunda Geração.....	101
2.5.2.3. Direitos de Terceira Geração.....	102
2.5.2.4. Direitos de Quarta Geração.....	103
2.5.3. Direitos Fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil (1988).....	104
2.5.4. Sistema aberto de direitos fundamentais (abertura material dos direitos fundamentais).....	105
2.5.5. Direitos Fundamentais e suas restrições (o problema dos limites).....	108
2.5.5.1. Requisitos das leis restritivas.....	113
2.5.5.2. Proteção do conteúdo essencial.....	114
2.5.5.3. Leis harmonizadoras e conformadoras.....	116

2.5.6. Eficácia e aplicabilidade dos direitos fundamentais	116
2.5.6.1. Eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais	118
2.6. Resumos esquemáticos	118
3. DESENHO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	125
3.1. Princípios constitucionais do processo penal	127
3.1.1. Princípios: conceito e classificações	128
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	128
3.3. Devido processo legal	131
3.3.1. Apontamentos históricos	131
3.3.2. Evolução do conteúdo do princípio	132
3.3.3. O devido processo legal – O direito ao processo justo	133
3.4. Princípio do acesso à justiça e sua tridimensionalidade	134
3.5. O princípio do juiz natural	136
3.6. Princípio da igualdade – Paridade de armas	137
3.7. Princípios do contraditório, da ampla defesa, da plenitude de defesa, da assistência judiciária e do duplo grau de jurisdição	142
3.7.1. Contraditório	142
3.7.2. Ampla defesa	143
3.7.3. Plenitude de defesa	144
3.7.4. Assistência judiciária	145
3.7.5. Princípio do duplo grau de jurisdição	145
<i>Nossa posição</i>	145
3.8. Princípio da publicidade e da motivação	147
3.8.1. Publicidade opressiva	148
3.8.2. Motivação	152
3.9. Princípio da duração razoável do processo	153
3.9.1. Duração razoável do processo: apontamentos históricos, conceito e natureza jurídica	153
3.9.2. Teoria do prazo fixo X teoria do não prazo	154
3.9.3. Como medir a duração razoável do processo? Critério do TEDH	158
3.9.4. Consequência pelo descumprimento do prazo razoável	162
3.9.5. As soluções compensatórias no processo penal	162
3.9.6. Duração razoável e prisão cautelar	165
3.10. Princípio da presunção de inocência e sua axiologia tridimensional	165
3.10.1. Apontamento histórico sobre a presunção de inocência	166
3.10.2. Presunção de inocência ou de não culpabilidade?	167
3.10.3. As três dimensões	168
3.10.3.1. Regra de tratamento	168
3.10.3.2. Regra de julgamento	169
<i>Presunção de Inocência – in dubio pro reo – favor rei: há diferenças?</i>	169
<i>Favor rei</i>	169
<i>In dubio pro reo</i>	170
3.10.3.3. Regra de garantia	170
3.10.3.4. Da eficácia irradiante da presunção de inocência	170
3.11. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	171
3.12. Princípio da reserva de jurisdição	172
<i>Nossa posição</i>	177
3.12.1. Reserva de Jurisdição, WhatsApp e Smartphone	180

3.13. Direito a não autoincriminação: nemo tenetur se detegere.....	181
3.14. Ne bis in idem.....	183
3.15. Outros aspectos relevantes do processo penal na Constituição.....	186
3.16. Resumos esquemáticos.....	186
4. PERSECUÇÃO PENAL (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL)	191
4.1. Investigação criminal.....	191
4.1.1. Polícia Judiciária.....	191
4.2. Investigação criminal: quem pode investigar?.....	194
4.2.1. Investigação pela polícia.....	194
4.2.2. Investigação pelo Ministério Público.....	194
4.2.2.1. Nossa posição e a posição do STF.....	198
<i>Nossa posição</i>	198
<i>Posição do STF</i>	199
<i>Conclusões a partir da decisão do STF</i>	200
a) <i>Subsidiariedade e excepcionalidade</i>	200
b) <i>Formalidades da investigação (forma como garantia)</i>	202
c) <i>Marco legal da investigação direta pelo MP</i>	204
4.2.3. Investigação pelas CPIs.....	207
4.2.4. Investigação pelos Tribunais.....	208
4.2.5. Peças de informação e detetive particular.....	208
4.3. Inquérito policial: natureza jurídica, finalidade e conceito.....	209
4.3.1. Características.....	210
a) <i>Inquisitorial</i>	210
a.1) <i>Investigação criminal e Lei 13.245/2016</i>	211
b) <i>Informativo</i>	213
b.1) <i>Nossa posição sobre o inquérito e o Tribunal do Júri</i>	214
c) <i>Sigiloso (sigilo interno parcial respeitando a garantia de acesso pelo defensor)</i>	214
d) <i>Escrito</i>	218
e) <i>Indisponível</i>	218
f) <i>Dispensável ou prescindível</i>	218
g) <i>Sistemático</i>	218
h) <i>Unidirecional (abandonamos esta característica - novo entendimento)</i>	218
4.3.2. Vícios, formalidades e carácter informativo.....	219
4.3.3. Instauração.....	222
4.3.3.1. Dos atos formais de instauração.....	222
4.3.3.2. Notícia do crime.....	223
4.3.3.3. VPIs (Verificação da Preliminar de Inquérito).....	224
4.3.3.4. Instauração do inquérito e as espécies de ação penal.....	225
4.3.3.5. Recurso ao chefe de polícia.....	226
4.3.3.6. Instauração por requisição.....	226
4.3.4. Indiciamento.....	227
<i>Conceito</i>	228
<i>Momento</i>	228
<i>Atribuição</i>	229
<i>Efeitos do Indiciamento</i>	230
<i>Indiciamento e Lavagem de Dinheiro</i>	230
4.3.5. Desenvolvimento do inquérito policial.....	232

4.3.5.1. Deslocamento ao local, apreensão de objetos, buscas domiciliares e poder de requisição (Lei 13.344/2016)	232
<i>Nossa posição</i>	236
4.3.5.2. Oitiva do Ofendido, Oitiva do indiciado e produção antecipada de prova	239
<i>Oitiva do ofendido</i>	239
<i>Oitiva do indiciado</i>	240
<i>Produção antecipada de prova e depoimento especial</i>	241
4.3.5.3. A identificação do indiciado	243
4.3.5.4. Incomunicabilidade do preso	244
<i>Nossa posição</i>	244
4.3.5.5. Condução Coercitiva	245
<i>Natureza Jurídica e Espécies</i>	245
<i>Condução coercitiva do acusado ou indiciado</i>	246
<i>Condução coercitiva como medida cautelar autônoma</i>	247
<i>Síntese das correntes</i>	249
<i>Nossa posição</i>	250
<i>Posição do STF nas ADPFs 395 e 444</i>	250
<i>Da condução de testemunhas, do ofendido e de peritos</i>	251
<i>Condução coercitiva e reserva de jurisdição</i>	252
4.3.5.6. Delação (Colaboração) Premiada	253
4.3.5.6.1. Delação e Prisão	254
4.3.5.6.2. Acordo semântico: Delação, colaboração e cooperação	256
4.3.5.6.3. Delação Premiada: natureza jurídica	257
4.3.5.6.4. Delação Premiada: Espécies	261
4.3.5.6.5. Sujeitos envolvidos na Delação	262
<i>Atores do acordo de colaboração premiada</i>	263
<i>Delator e seu defensor</i>	263
<i>Ministério Público e Delegado de Polícia</i>	265
<i>Corréus</i>	267
<i>Juiz</i>	267
4.3.5.6.6. Delação premiada como meio de obtenção de prova	269
4.3.5.6.7. Regime da Delação na Lei 12.850/2013	272
<i>Perdão e aplicação do art. 28 do CPP</i>	273
<i>Do não oferecimento da denúncia pelo MP</i>	274
<i>Procedimento</i>	276
<i>Da retratação</i>	276
<i>Aspectos formais</i>	281
4.3.6. Encerramento do inquérito	281
4.3.6.1. Conclusão	281
4.3.6.2. Dos prazos	282
4.3.6.2.1. Prazo do Inquérito, indiciado preso e Lei 12.403/2011	283
4.3.6.2.2. Prazo do Inquérito e réu solto: constitucionalidade do § 3.º do art. 10 do CPP	285
<i>Nossa posição</i>	285
4.3.7. Baixa para diligências imprescindíveis	286
4.3.8. Arquivamento	286
4.3.8.1. Natureza do arquivamento	287
4.3.8.2. O controle sobre o arquivamento do inquérito policial e a inconstitucionalidade do art. 28 do CPP	288
4.3.8.3. Arquivamento implícito	291
4.3.8.4. Arquivamento indireto	293

4.3.9. Desarquivamento	294
4.3.9.1. Novas provas	295
4.3.10. Inquérito policial e legislação especial	296
4.3.11. Investigação defensiva	297
<i>Nossa análise crítica</i>	298
4.4. Resumos esquemáticos	299
5. AÇÃO PENAL	311
5.1. Ação penal: conceito e natureza jurídica	311
5.2. Condições para o regular exercício do direito de ação	312
5.2.1. Legitimidade	313
5.2.2. Interesse de agir	315
5.2.2.1. Inconstitucionalidade da parte final do § 1.º do art. 110 do CP	316
5.2.3. Possibilidade jurídica da demanda	319
5.2.4. Originalidade	321
5.2.5. Justa causa	323
5.3. Classificação	324
5.3.1. Ação penal pública	324
5.3.1.1. Ação penal pública condicionada: as condições específicas de procedibilidade	324
5.3.1.2. Da representação do ofendido	325
5.3.1.3. Ação penal: parlamentares e chefes de governo	326
5.3.2. Da ação penal de iniciativa privada	327
5.3.2.1. Ação penal de iniciativa privada: classificação	328
a) <i>Ação penal exclusiva ou propriamente dita</i>	328
a1) <i>Ação penal privada exclusiva comum</i>	328
a2) <i>Ação penal privada personalíssima</i>	328
a3) <i>Ação penal privada condicionada</i>	328
b) <i>Ação penal privada subsidiária da pública</i>	329
5.3.2.2. Ação privada e os institutos da substituição e da sucessão processual	329
5.4. Princípios que regem a ação penal pública	330
5.4.1. Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade	330
5.4.2. Princípios da oficialidade e da indivisibilidade	331
5.4.3. Princípio da intranscendência	333
5.5. Princípios que regem a ação penal privada	333
5.5.1. Princípios da oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade	333
5.6. Denúncia, queixa e aditamento	334
5.6.1. Denúncia	334
5.6.1.1. Denúncia genérica e imputação alternativa	335
a) <i>Denúncia genérica</i>	335
b) <i>Imputação alternativa</i>	336
5.6.1.2. Qualificação do acusado, classificação do crime e rol de testemunhas	339
5.6.1.3. Outras exigências formais	340
5.6.2. Queixa	340
5.6.3. Aditamento: conceito e classificação	341
a) <i>Aditamento próprio</i>	341
b) <i>Aditamento impróprio</i>	341
5.6.3.1. Aditamento da denúncia	342
5.6.3.2. Aditamento da queixa	344
<i>Nossa posição</i>	345

5.7. Prazos para denúncia e para o exercício do direito de queixa.....	347
5.7.1. Prazo para a denúncia.....	347
5.7.2. Prazo para a queixa.....	349
5.8. Direito de queixa e adolescente casado ou emancipado.....	350
5.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	351
5.9.1. Antigo regramento da ação penal nos crimes contra os costumes.....	351
5.9.2. As antigas hipóteses do § 1.º, art. 225 do CP: vítima pobre e abuso do pátrio poder.....	354
<i>Nossa posição até então</i>	354
5.9.3. Regramento a partir da Lei 12.015/09: ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e a controvérsia em razão da qualificadora.....	356
<i>Nossa posição até então</i>	358
5.9.4. Questões intertemporais atinentes à Lei 12.015/09.....	359
5.9.5. Panorama a partir da Lei 13.718/2018.....	360
5.10. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	361
5.11. Extinção da punibilidade.....	361
5.11.1. Prescrição, decadência e perempção.....	362
a) <i>Prescrição</i>	362
b) <i>Decadência</i>	363
c) <i>Perempção e desistência</i>	364
5.11.2. Renúncia ao direito de queixa.....	366
5.11.3. Perdão do ofendido.....	367
5.11.4. Renúncia e retratação ao direito de representação.....	367
5.12. Ação penal e sentença: princípio da correlação.....	368
5.12.1. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i>	369
5.12.2. A dinâmica da <i>emendatio</i> e da <i>mutatio</i> no CPP e na doutrina tradicional.....	371
5.12.3. Nossa leitura crítica dos institutos.....	372
5.12.3.1. <i>Emendatio libelli</i> e seu momento processual.....	372
5.12.3.2. A <i>mutatio libelli</i> : juiz acusador e juiz que provoca a acusação. Inconstitucionalidades.....	373
5.12.3.3. Aditamento e aplicação do art. 28 do CPP.....	375
5.12.3.4. Superveniente alteração de legitimidade.....	376
5.12.3.5. Aditamento e sistema recursal.....	377
5.13. Ação civil ex delicto.....	377
5.13.1. Ação civil: questões controvertidas.....	380
a) <i>Legitimidade do Ministério Público para ajuizar reparação civil de vítima pobre</i>	380
b) <i>Fixação do valor mínimo da reparação do dano</i>	380
5.13.2. Composição civil dos danos.....	382
5.14. Resumos esquemáticos.....	382
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	407
6.1. Jurisdição.....	407
6.2. Competência e os princípios que lhes são aplicáveis.....	407
a) <i>Princípio do Juiz Natural</i>	408
b) <i>Princípio da indisponibilidade e da tipicidade de competência</i>	408
6.3. Estrutura do Poder Judiciário no Brasil: competências recursal e originária.....	409
6.3.1. Classificação: Justiças Comum e Especializada; Justiças Federal e Estadual.....	412
6.4. Da fixação da competência.....	415
6.4.1. Da fixação da competência de justiça.....	415
6.4.1.1. Competência da Justiça Federal.....	415

6.4.1.2. Competência das Justiças Militar Federal e Militar Estadual	417
6.4.1.3. Competência da Justiça Eleitoral	422
6.4.1.4. Da competência da Justiça do Trabalho para julgar habeas corpus	425
6.4.1.5. Competência da Justiça Estadual (comum)	426
6.4.2. Competência de foro (competência territorial)	426
6.4.3. Competência do juízo	429
6.5. Incompetências absoluta e relativa: efeitos	430
<i>Nossa posição</i>	431
6.6. Competência por prerrogativa de função	432
<i>Restrição a prerrogativa de foro imposta pelo STF – AP 937</i>	433
<i>Nossa posição</i>	435
6.6.1. Foro por prerrogativa e cessação do exercício da função (art. 84, § 1.º, CPP)	436
6.6.2. Foro por prerrogativa e ação de improbidade (art. 84, § 2.º, CPP)	437
6.6.3. Concurso aparente de normas constitucionais sobre competência	439
6.6.3.1. Foro por prerrogativa do Prefeito Municipal: crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal	440
6.6.3.2. Prerrogativa de função e Tribunal do Júri	441
6.6.4. Foro por prerrogativa e exceção da verdade	442
6.6.5. Prerrogativa de função nas Constituições dos Estados	444
6.7. Causas de modificação da competência: conexão, continência e desaforamento	446
a) <i>Conexão intersubjetiva</i>	447
b) <i>Conexão lógica ou teleológica</i>	447
c) <i>Conexão instrumental ou probatória</i>	447
6.7.1. Foro prevalente	448
6.7.2. Separação dos processos	449
6.7.3. Separação dos processos por força da Constituição e os reflexos na competência dos Juizados Especiais Criminais	451
6.7.3.1. Conexão entre júri e crime eleitoral	454
6.7.3.2. Prerrogativa de função, conexão e continência: hipóteses de separação obrigatória	455
6.7.3.3. Prerrogativa de função, conexão, continência e duplo grau de jurisdição	457
6.7.4. Do desaforamento	461
6.8. Conexão e uniformização dos julgados	462
6.9. A perpetuo jurisdictionis e sua exceção	463
6.10. Conflito de competência e conflito de atribuição	463
6.10.1. Conflito de competência	464
6.10.2. Conflito de atribuição	465
6.10.2.1. Conflito de atribuição entre membros do mesmo Ministério Público	466
6.10.2.2. Conflito de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos	466
6.10.2.3. Conflito de Atribuição entre Ministério Público de Diversos Entes e o STF	468
6.10.3. Conflito de atribuições entre autoridades judiciárias	469
6.10.4. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 109, da V-A, da CF/1988)	470
6.11. Julgamento colegiado em primeiro grau – Lei 12.694/2012	472
6.12. Resumos esquemáticos	476
7. SUJEITOS PROCESSUAIS	495
7.1. O Juiz	495
7.1.1. Capacidade do Juiz	496
7.1.2. Função, poderes e deveres	497

7.1.3. Garantias e prerrogativas	498
7.1.4. Vedação	499
7.1.5. Suspeição e impedimento	499
7.2. Das partes	501
7.2.1. Ministério Público	502
7.2.1.1. O Ministério Público na estrutura do Estado	502
7.2.1.2. O Ministério Público e seus princípios institucionais	502
7.2.1.3. O Ministério Público e sua posição na ação penal pública condenatória	504
7.2.1.4. O Ministério Público na ação penal privada e na ação privada subsidiária da pública	506
7.2.1.5. Funções do Ministério Público	506
7.2.1.6. Garantias e prerrogativas do Ministério Público	508
7.2.1.7. Impedimentos e suspeições do Ministério Público	510
7.2.1.8. Deveres e vedações do Ministério Público	510
7.2.2. Do acusado	511
7.2.3. Da defesa	513
7.2.3.1. Do advogado	514
7.2.3.2. Da Defensoria Pública e seus princípios institucionais	515
7.2.3.3. Defensoria: função, garantias, prerrogativas, deveres e vedações	517
a) Função	517
b) Garantias e prerrogativas	519
c) Impedimentos e suspeições	523
d) Deveres e vedações	524
7.3. Dos sujeitos secundários (ou coadjuvantes) do processo	524
7.3.1. Dos auxiliares da justiça	525
7.3.2. Do assistente de acusação	525
7.3.3. Assistente da defesa	526
7.4. Resumos esquemáticos	527
8. ATOS PROCESSUAIS, PROCEDIMENTOS E QUESTÕES INCIDENTES	535
8.1. Atos processuais	535
8.1.1. Conceito e classificação	535
8.1.2. Citação	536
8.1.2.1. Citação por mandado	537
8.1.2.2. Citação por carta	537
a) <i>Precatórias</i>	538
b) <i>Rogatórias e inconstitucionalidade do art. 222-A do CPP (Lei 11.900/2009)</i>	538
c) <i>Carta de ordem</i>	539
8.1.2.3. Citação do militar e do funcionário público	539
8.1.2.4. Citação do réu preso	540
8.1.2.5. Citação por hora certa	540
8.1.2.6. Citação por edital	542
8.1.2.7. Citação: revelia, suspensão do processo e do prazo prescricional	544
a) <i>Panorama antes da reforma de 2008</i>	546
b) <i>A tentativa frustrada da reforma de 2008</i>	548
c) <i>Questão intertemporal</i>	552
d) <i>Produção antecipada de prova e prisão preventiva</i>	553
8.1.3. Intimações	554
8.1.4. Ato de algarer e Súmula Vinculante 11	555

8.2. Procedimentos.....	557
8.2.1. Procedimento comum.....	558
8.2.1.1. Procedimento comum ordinário.....	559
a) <i>Do recebimento e da rejeição da denúncia ou queixa: questões controvertidas</i>	559
b) <i>Da resposta e da absolvição sumária</i>	563
c) <i>Instrução e julgamento</i>	567
8.2.1.2. Procedimento no Tribunal do Júri.....	570
8.2.1.2.1. Da primeira fase do Júri.....	572
a) <i>Pronúncia</i>	573
b) <i>Impronúncia</i>	576
c) <i>Absolvição sumária</i>	576
d) <i>Desclassificação</i>	577
e) <i>Da preparação do julgamento em plenário</i>	578
f) <i>Do desaforamento</i>	578
g) <i>Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença</i>	579
h) <i>Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri</i>	580
i) <i>Da instrução em plenário</i>	582
i.1) <i>Perguntas pelo acusado</i>	583
i.2) <i>Leituras em plenário</i>	584
j) <i>Da instrução plenária e o inquérito policial</i>	585
k) <i>Interrogatório do acusado e uso de algemas</i>	587
l) <i>Do registro e dos debates em plenário</i>	588
m) <i>Do questionário</i>	592
<i>Quesito Genérico e Recurso</i>	595
<i>Outras hipóteses sobre os quesitos</i>	598
n) <i>Da votação dos quesitos</i>	600
o) <i>Da sentença</i>	601
p) <i>Da ata dos trabalhos e das atribuições do juiz presidente</i>	602
8.2.1.3. Procedimento sumário.....	604
8.2.1.4. Procedimento sumaríssimo – Lei 9.099/1995.....	605
8.2.1.4.1. Dos Juizados e de sua competência.....	605
8.2.1.4.2. Procedimento.....	608
8.2.1.4.3. Da fase preliminar.....	610
8.2.1.4.4. Da representação e sua controvérsia.....	611
8.2.1.4.5. Transação penal e sua natureza jurídica.....	613
a) <i>Transação como direito subjetivo do réu</i>	614
b) <i>Transação como poder discricionário do Ministério Público</i>	617
c) <i>A transação como ação penal sui generis (nossa posição)</i>	619
d) <i>A transação na ação penal privada</i>	624
e) <i>O descumprimento do acordo – execução</i>	625
f) <i>A posição do STF sobre descumprimento do acordo – súmula vinculante 35</i>	627
g) <i>A suspensão condicional do processo</i>	628
h) <i>Aspectos processuais e materiais do art. 89 e o juiz como diretor do processo</i>	629
8.2.1.4.6. Oferecimento da denúncia e audiência de instrução.....	635
8.2.2. Procedimentos especiais.....	636
8.2.2.1. Procedimentos especiais do Código de Processo Penal.....	636
a) <i>Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos</i>	637
b) <i>Crime de calúnia e injúria</i>	637
c) <i>Crimes contra a propriedade imaterial</i>	638

8.2.2.2. Procedimentos especiais em leis extravagantes	639
8.2.2.2.1. Procedimento na Lei 11.343/2006	639
8.2.2.2.2. Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)	640
a) <i>A competência em razão da violência baseada no gênero</i>	641
a1) <i>Estupro de criança ou adolescente</i>	643
a2) <i>Relações homoafetivas</i>	649
a3) <i>Empregada doméstica</i>	651
a4) <i>Outras relações</i>	651
a5) <i>A competência para o feminicídio</i>	651
a6) <i>Competência para a Execução de Alimentos Decorrentes de Medida Protetiva</i>	652
<i>A competência do juizado de violência doméstica contra a mulher (JVD) em</i> <i>matéria cível e criminal e a inserção dos alimentos neste contexto</i>	654
<i>A competência do juízo de violência doméstica para execução dos alimentos</i>	656
<i>Da incompetência dos juízos de violência doméstica</i> <i>para execução de alimentos.</i>	656
<i>Conflito de competência decorrentes da questão posta</i>	659
<i>Conclusão</i>	662
b) <i>Do atendimento pela autoridade policial</i>	662
c) <i>Do procedimento e da competência</i>	663
d) <i>Controvérsias sobre competência e procedimento</i>	664
e) <i>Controvérsia sobre a representação</i>	666
f) <i>Violência doméstica e Suspensão Condicional do Processo</i>	669
g) <i>Contravenções penais e violência doméstica</i>	669
h) <i>As medidas protetivas de urgência e sua efetivação.</i>	669
<i>O descumprimento das medidas protetivas de urgência e a prisão preventiva</i>	670
<i>A atipicidade do descumprimento (arts. 359 e 330 do CP)</i>	672
<i>Conclusão (nossa posição)</i>	674
8.2.2.2.3. Dos Crimes de Trânsito - Controvérsias	674
a) <i>Competência</i>	675
b) <i>Da investigação criminal no crime do art. 306 do CTB - O bafômetro</i>	678
8.2.2.2.4. Lei de Lavagem de Dinheiro	679
<i>Da inconstitucionalidade do art. 17-D (afastamento automático do servidor)</i>	683
8.2.2.2.5. Lei 12.850/2013 (Organizações Criminosas)	687
a) <i>Acesso aos registros, dados cadastrais, documentos e informações</i>	687
8.3. Questões prejudiciais e processos incidentes	688
8.3.1. Questões prejudiciais	688
8.3.2. Processos incidentes	689
8.3.2.1. Das exceções	689
a) <i>Exceção de suspeição, impedimento e incompatibilidade</i>	689
b) <i>Exceção de incompetência</i>	690
c) <i>Exceção de litispendência e coisa julgada</i>	690
d) <i>Exceção de ilegitimidade</i>	692
8.3.2.2. Restituição das coisas apreendidas	692
8.3.2.3. Incidente de falsidade	693
8.3.2.4. Incidente de insanidade mental	693
8.4. Resumos esquemáticos	694
9. DA PROVA NO PROCESSO PENAL	713
9.1. A prova e a busca da verdade	713

9.2. Apontamentos sobre a Teoria Geral da Prova	716
9.2.1. Prova: conceito, natureza jurídica, meios e objeto	716
a) <i>Conceito e natureza jurídica</i>	716
b) <i>Meios de prova e objeto de prova</i>	716
9.2.2. O ônus da prova no processo penal	717
9.2.3. Princípios aplicáveis à prova no processo penal brasileiro	720
9.2.3.1. Princípios constitucionais referentes à prova	720
a) <i>Princípio da dignidade da pessoa humana</i>	720
b) <i>Presunção de inocência</i>	721
c) <i>Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas</i>	722
d) <i>Princípio do contraditório</i>	722
e) <i>Princípio da publicidade</i>	724
9.2.3.2. Princípios infraconstitucionais referentes à prova	724
a) <i>Princípio da comunhão ou aquisição</i>	724
b) <i>Princípio do livre convencimento motivado e suas exceções</i>	724
c) <i>Princípio da liberdade probatória</i>	725
d) <i>Princípio da verdade real (ou material): a quebra de um mito</i>	725
<i>Nossa posição</i>	726
<i>Da inexistência da verdade real</i>	726
<i>A incompatibilidade entre imparcialidade e poderes instrutórios do juiz</i>	727
9.2.4. Provas ilícitas: teorias sobre vedação e admissão	730
9.2.4.1. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade	732
9.2.4.2. Proporcionalidade e provas ilícitas	733
9.2.4.3. Proporcionalidade pro reo	733
9.2.4.4. Proporcionalidade pro societate	733
<i>Nossa posição</i>	737
9.2.4.5. Prova ilícita na reforma processual de 2008	737
9.2.4.5.1. Prova ilícita por derivação (fruits of the poisonous tree)	738
9.2.4.5.2. Teorias da independent source (fonte independente) e da inevitable discovery (do descobrimento inevitável ou do curso hipotético de investigação)	739
9.2.4.5.3. Fontes independentes e descoberta inevitável na reforma processual de 2008 - controvérsias sobre o art. 157 do CPP	741
9.2.4.6. Vedação das provas astuciosas ou enganosas: flagrante preparado e interrogatório sub-reptício	742
9.2.4.7. Importância da Cadeia de Custódia da Prova: controle epistêmico	744
9.2.5. Procedimento probatório	745
9.2.5.1. Sistemas de valoração das provas	746
9.2.5.2. Valoração da prova e resultado do processo: Standards de prova	750
<i>Standards de prova</i>	750
9.3. Das provas em espécie	753
9.3.1. Do interrogatório, da confissão e da delação	753
9.3.1.1. Interrogatório: natureza jurídica, conceito e características	754
9.3.1.1.1. Conceito	754
9.3.1.1.2. Natureza jurídica	754
a) <i>Meio de prova</i>	754
b) <i>Meio de defesa</i>	754
c) <i>Natureza mista: meio de defesa e meio de prova</i>	755
<i>Nossa posição</i>	755
9.3.1.1.3. Características	755
9.3.1.2. Interrogatório e art. 260 do CPP: leitura constitucional	756

9.3.1.3.	Procedimento do interrogatório	756
9.3.1.4.	Interrogatório em estabelecimento prisional e interrogatório por videoconferência	759
	a) <i>Interrogatório em estabelecimento prisional</i>	759
	b) <i>Interrogatório por videoconferência: Lei 11.900/2009. Inconstitucionalidade</i>	759
	<i>Nossa posição</i>	761
	c) <i>Condições e requisitos para o interrogatório por videoconferência</i>	762
9.3.1.5.	Direito ao silêncio e direito de mentir	763
9.3.1.6.	Interrogatório de corréu	764
9.3.1.7.	Confissão	765
9.3.1.8.	Delação	767
9.3.2.	Das perguntas ao ofendido	767
	<i>Depoimento Especial</i>	769
9.3.3.	Da prova testemunhal	769
9.3.4.	Do reconhecimento de pessoas e coisas e da reconstituição do crime	773
	9.3.4.1. Reconhecimento de pessoa	773
	9.3.4.2. Reconhecimento de coisa	774
	9.3.4.3. Reconstituição do crime	774
9.3.5.	Da acareação	775
9.3.6.	Da prova documental	775
9.3.7.	Da prova pericial e exame de corpo de delito	777
	a) <i>Necropsia ou autópsia</i>	779
	b) <i>Exumação</i>	780
	c) <i>Exame de local</i>	780
	d) <i>Exames laboratoriais e DNA</i>	781
	e) <i>Lesões corporais leves e graves (exame complementar)</i>	782
	f) <i>Exames grafotécnicos</i>	782
	g) <i>Perícia sobre escalada, destruição ou rompimento de obstáculo</i>	782
	h) <i>Laudo de avaliação</i>	783
	i) <i>Exames de instrumento</i>	783
	j) <i>Perícia para confronto de voz</i>	783
9.3.8.	Dos indícios	784
9.3.9.	Da prova emprestada	785
9.3.10.	Interceptações telefônicas, gravações ambientais e o problema da licitude da prova	786
9.3.11.	Intervenções corporais	788
	a) <i>Busca pessoal ou "revistas"</i>	789
	b) <i>Exames radiológicos e ecográficos</i>	789
	c) <i>Extração de sangue</i>	789
	d) <i>Ordens para desnudar, intervenções anais e vaginais</i>	789
	e) <i>Intervenções corporais: conclusão</i>	790
9.4.	Resumos esquemáticos	795
10.	PROCESSO PENAL CAUTELAR	803
10.1.	Apontamentos sobre a Teoria Geral das Medidas Cautelares Pessoais	805
	10.1.1. Interpretação prospectiva e Lei 12.403/2011	807
	10.1.2. Princípios reitores do processo penal cautelar	808
	10.1.2.1. Dignidade da pessoa humana	808
	10.1.2.2. Devido processo legal	812
	10.1.2.2.1. Devido processo legal e taxatividade das medidas cautelares	813
	10.1.2.2.2. Medidas Cautelares e Princípio da Duração Razoável do Processo	814

10.1.2.2.3. A Presunção de Inocência como limite teleológico das medidas cautelares	814
<i>STF: Execução provisória da pena e suas razões subjacentes</i>	816
<i>Habeas Corpus 118.770 do STF: Direitos Fundamentais contra</i>	
<i>Direitos Fundamentais. Mais uma violência à presunção de inocência</i>	819
10.1.2.3. Reserva de jurisdição	825
10.1.2.4. Motivação	825
10.1.2.5. Contraditório	826
10.1.2.6. Excepcionalidade	826
10.1.2.7. Proporcionalidade	827
10.1.2.8. Nossa posição crítica sobre os dispositivos referidos (art. 282, I e II, do CPP)	828
10.1.2.9. Provisionalidade e provisoriedade ou precariedade	830
10.1.3. Medidas cautelares: hipóteses legais de cabimento e pressupostos fáticos	830
10.2. Medidas cautelares em espécie	832
10.2.1. Da prisão processual	832
10.2.1.1. Apontamentos sobre a teoria geral da prisão cautelar:	
princípios, requisitos, validade e características	833
10.2.1.1.1. Enquadramento constitucional: princípios da presunção de	
inocência e da proporcionalidade (princípio da vedação do excesso)	833
10.2.1.1.2. Pressupostos e fundamentos (pressupostos fáticos)	835
10.2.1.1.3. Validade	836
10.2.1.1.4. Características	837
10.2.1.2. As espécies de prisão processual	838
10.2.1.2.1. Prisão em flagrante	838
a) <i>Flagrante próprio</i>	839
b) <i>Quase flagrante</i>	840
c) <i>Flagrante presumido</i>	840
d) <i>Flagrante em crime permanente e inviolabilidade do domicílio</i>	841
e) <i>Flagrante e crime habitual</i>	842
f) <i>Flagrante preparado e flagrante esperado</i>	842
10.2.1.2.2. Auto de prisão em flagrante	843
a) <i>Das comunicações da prisão: juiz, família,</i>	
<i>Ministério Público e Defensoria Pública</i>	844
b) <i>Nota de culpa</i>	845
c) <i>Providências do Juiz ao receber o Auto de Prisão em</i>	
<i>Flagrante – art. 310 do CPP e Audiência de Custódia</i>	846
<i>Audiência de Custódia</i>	847
<i>Previsão Legal e Natureza Jurídica</i>	847
<i>Nossa posição – Compatibilidade entre o tratado e o CPP</i>	851
<i>Expressão “sem demora”</i>	852
<i>Juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais</i>	855
<i>Consequências da não realização da audiência</i>	858
<i>Objetivo da audiência</i>	859
<i>Dificuldades para implementação da audiência de custódia</i>	859
d) <i>Legitimidade para requerer a conversão e</i>	
<i>impossibilidade de conversão de ofício</i>	860
e) <i>Nossa posição sobre a legitimidade para requerer a prisão preventiva</i>	
<i>ou a conversão da prisão em flagrante em preventiva</i>	861
f) <i>Crítica ao art. 310 do CPP: aparente inversão lógica das providências</i>	862
10.2.1.2.3. Prisão em flagrante e período eleitoral	863
10.2.1.3. Prisão preventiva	863
10.2.1.3.1. Hipóteses legais de cabimento da prisão – art. 313 do CPP	864

a) <i>Prisão nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos</i>	864
b) <i>Prisão em razão de reincidência em crime doloso</i>	864
c) <i>Prisão em decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência</i>	865
<i>Nossa posição atual</i>	866
10.2.1.3.2. <i>Parágrafo único do art. 313</i>	867
a) <i>Prisão por descumprimento de outras medidas cautelares - Parágrafo único do art. 312 do CPP</i>	867
b) <i>Pressupostos e Fundamentos (pressupostos fáticos)</i>	868
10.2.1.3.3. <i>Nossas posições críticas</i>	870
a) <i>Momento da prisão</i>	870
b) <i>Prisão ex officio pelo juiz</i>	870
c) <i>Prisão para garantia da ordem pública ou econômica: inconstitucionalidade</i>	871
d) <i>Fuga do acusado e deserção do recurso</i>	872
e) <i>Prisão preventiva e sentença penal condenatória</i>	874
10.2.1.3.4. <i>Prisão temporária</i>	875
a) <i>Doutrina tradicional</i>	875
<i>Nossa posição</i>	877
b) <i>Prisão Temporária e a Lei 12.403/2011</i>	877
10.2.1.3.5. <i>Prisão domiciliar</i>	878
a) <i>Prisão domiciliar e detração da pena</i>	880
10.2.1.3.6. <i>Outras prisões (administrativa e civil)</i>	880
10.2.1.3.7. <i>Duração razoável da prisão provisória</i>	881
a) <i>Os prazos da prisão no sistema processual brasileiro</i>	882
b) <i>Uma interpretação do sistema para se fixar um prazo para a prisão provisória a partir da Lei 12.850/2013</i>	883
c) <i>Prisão em Flagrante e encerramento do Inquérito Policial - Lei 12.403/2011 - Prazo</i>	888
10.2.1.3.8. <i>A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases</i>	889
10.2.1.3.9. <i>Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade</i>	890
10.2.1.3.10. <i>Progressão cautelar de regime - Lei 12.736/2012</i>	891
<i>Nossa posição</i>	892
10.2.2. <i>O sistema de liberdade no curso do processo</i>	894
10.2.2.1. <i>Liberdade plena e liberdade provisória</i>	895
10.2.2.2. <i>Liberdade provisória: espécies</i>	900
10.2.2.3. <i>Liberdade provisória e vedações legais (inconstitucionais)</i>	901
10.2.2.4. <i>Liberdade provisória e inafiançabilidade</i>	903
10.2.3. <i>Medidas cautelares diversas da prisão</i>	904
10.2.3.1. <i>Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades</i>	905
10.2.3.2. <i>Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações</i>	906
10.2.3.3. <i>Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante</i>	907

10.2.3.4. Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução e proibição de ausentar-se do país	908
10.2.3.5. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos	909
10.2.3.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais	910
10.2.3.7. Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração	911
10.2.3.8. Fiança	912
10.2.3.8.1. Valor da fiança	914
10.2.3.8.2. Recusa e retardamento da fiança	914
10.2.3.8.3. Destino do valor da fiança	915
10.2.3.8.3.1. Fiança e hipossuficiência econômica	916
10.2.3.8.4. Fiança e autoridade policial	916
10.2.3.9. Monitoração eletrônica: do PL 156/2009 à LEP e à Lei 12.403/2011	917
10.2.3.9.1. Monitoramento eletrônico: compatibilidade sistêmica e risco cultural	919
10.2.3.10. Medidas cautelares diversas da prisão e detração da pena	920
10.3. Medidas cautelares reais e probatórias	921
10.3.1. Medidas assecuratórias	921
10.3.1.1. Do sequestro	922
10.3.1.2. Da hipoteca legal	924
10.3.1.3. Do arresto	924
10.3.2. Medidas cautelares probatórias (ou meios de obtenção de prova)	925
10.3.2.1. Busca e apreensão	926
10.3.2.1.1. Da busca domiciliar	927
<i>Nossa posição</i>	929
10.3.2.1.2. Encontros fortuitos	929
10.3.2.1.3. Escritórios de advocacia	930
10.3.2.1.4. Busca pessoal	930
<i>a) Busca pessoal ou "revistas": distinção e enquadramento do tema</i>	930
<i>b) Buscas pessoais como meio de obtenção de prova e o nemo tenetur se detegere</i>	933
10.3.2.2. O regime da interceptação na Constituição de 1988	934
<i>Nossa posição</i>	936
10.3.2.2.1. O regime infraconstitucional das interceptações: Lei 9.296/1996	936
10.3.2.2.2. Requisitos legais para a interceptação telefônica	937
10.3.2.2.3. Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos	938
10.3.2.2.4. A controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1.º da Lei 9.296/1996	940
10.3.2.2.5. Interceptação e prova emprestada	941
10.3.2.2.6. Gravação de conversa do investigado com advogado e familiares	942
<i>Nossa posição</i>	943
10.3.2.2.7. Procedimento de interceptação	944
10.3.2.2.8. Do prazo da interceptação	944
10.3.2.2.9. Processamento em apartado e apensamento	945
10.3.2.3. Quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico	946
10.3.2.4. Captações e interceptações ambientais; infiltração de agentes e ação controlada	949
<i>Capitação e interceptação ambiental</i>	949

<i>Infiltração de agentes</i>	950
<i>Infiltração virtual</i>	952
<i>Ação controlada</i>	954
10.3.2.5. Do acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações - Natureza não cautelar.....	955
10.4. Resumos esquemáticos.....	958
11. SENTENÇA	961
11.1. Conceito e classificação.....	961
11.2. Requisitos formais da sentença.....	963
11.3. Da sentença absolutória, seus efeitos e providências.....	964
11.4. Sentença condenatória, limites, efeitos e providências.....	966
11.4.1. Limites: impossibilidade de condenação diante de pedido de absolvição do Ministério Público. Releitura do art. 385 do CPP.....	967
<i>Nossa posição</i>	968
11.4.2. Efeitos e providências.....	969
11.5. Publicação e intimação da sentença.....	969
11.5.1. Intimação da sentença.....	970
<i>Nossa posição</i>	972
11.6. Resumos esquemáticos.....	973
12. COISA JULGADA	977
12.1. Conceito, natureza jurídica e classificação.....	977
12.2. Coisa julgada e revisão criminal.....	978
12.3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada.....	979
12.4. Limites objetivos da coisa julgada no concurso formal, nos crimes continuados e nos crimes habituais e permanentes.....	980
12.4.1. Concurso formal.....	980
12.4.2. Crime continuado.....	981
12.4.3. Crimes habituais e permanentes.....	983
12.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	984
12.6. Resumos esquemáticos.....	984
13. DAS NULIDADES	985
13.1. Defeitos dos atos processuais (inexistência, irregularidade e nulidade).....	985
13.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa.....	986
13.3. Efeitos da nulidade.....	988
13.4. Prevalência das impeditivas.....	989
13.5. Nulidades sanáveis e insanáveis.....	990
13.6. Resumos esquemáticos.....	990
14. RECURSOS NO PROCESSO PENAL E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	993
14.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	993
<i>Nossa posição</i>	994
14.2. Limite do duplo grau de jurisdição.....	995
14.3. Teoria Geral dos Recursos.....	996
14.3.1. Recursos e ações autônomas de impugnação.....	996

14.3.2. Conceito, natureza jurídica e características dos recursos	996
14.3.3. Classificação	997
14.4. Princípios gerais dos recursos	998
14.4.1. Taxatividade	998
14.4.2. Unirrecorribilidade/Unicidade – Art. 593, § 4.º, do CPP	998
14.4.3. Variabilidade ou suplementação dos recursos?	998
14.4.4. Complementaridade dos recursos	999
14.4.5. Conversão	999
14.4.6. Fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP)	999
14.4.7. Voluntariedade	1000
14.4.8. Dialeiticidade	1000
14.4.9. Disponibilidade dos recursos	1000
14.4.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	1001
14.4.11. Personalidade dos recursos	1001
a) <i>Proibição de reformatio in pejus(reforma para pior)</i>	1001
b) <i>Admissão da reformatio in mellius e sua controvérsia</i>	1002
c) <i>Reformatio in pejus indireta</i>	1002
14.5. Efeitos dos recursos	1003
14.5.1. Devolutivo	1003
14.5.2. Suspensivo (suspensão dos efeitos da decisão)	1004
14.5.3. Extensivo	1004
14.5.4. Iterativo	1004
14.6. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1004
14.6.1. Juízo de admissibilidade – Prelibação	1004
14.6.2. Juízo de mérito ou libação	1005
14.6.3. Requisitos de admissibilidade – Condições de admissibilidade e pressupostos recursais	1005
14.6.3.1. Condições recursais	1005
a) <i>Legitimidade</i>	1005
b) <i>Interesse em recorrer</i>	1006
c) <i>Possibilidade jurídica do pedido (cabimento)</i>	1007
14.6.3.2. Pressupostos recursais	1007
a) <i>Órgão constitucional competente</i>	1007
b) <i>Capacidade</i>	1007
c) <i>Regularidade na interposição do recurso</i>	1007
d) <i>Tempestividade</i>	1008
e) <i>Preparo</i>	1008
f) <i>Inexistência de fatos extintivos ou impeditivos</i>	1009
f.1) <i>Fatos extintivos</i>	1009
f.2) <i>Fatos impeditivos</i>	1009
14.7. Dos recursos em espécie	1009
14.7.1. Recurso em sentido estrito (art. 581 do CPP)	1009
14.7.1.1. Conceito e denominação	1009
14.7.1.2. Rol taxativo	1010
14.7.1.3. Hipóteses legais	1010
14.7.1.4. Competência para julgamento	1014
14.7.1.5. Efeitos	1014
14.7.1.6. Procedimento e processamento	1014
14.7.2. Apelação	1015
14.7.2.1. Conceito	1015

14.7.2.2. Espécies	1015
14.7.2.3. Condições recursais	1015
a) Possibilidade jurídica – cabimento	1015
a.1) Apelação contra decisões do juiz singular (art. 593, I e II, do CPP)	1015
a.2) Sentenças no procedimento do júri (art. 416 e art. 593, III, do CPP):	1016
Sentença de impronúncia e absolvição sumária do réu – Art. 416 do CPP	1016
Nulidade posterior à pronúncia (art. 593, III, a)	1016
Decisão do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados (art. 593, III, b)	1017
Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança (art. 593, III, c)	1017
Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, d)	1018
b) Legitimidade para apelar	1019
Ministério Público	1019
Acusado e seu defensor	1019
Ofendido	1019
Interesse em apelar	1020
14.7.2.4. Apelação e prisão cautelar	1020
14.7.2.5. Procedimento da apelação	1021
14.7.2.6. Efeitos	1021
Suspensivo	1022
Extensivo	1022
14.7.3. Embargos declaratórios e pedido de declaração de sentença	1022
14.7.3.1. Procedimento dos embargos declaratórios	1023
14.7.3.2. Julgamento dos embargos declaratórios	1025
14.7.4. Embargos infringentes e de nulidade (art. 609 do CPP)	1025
Embargos Infringentes e Ação Penal Originária no STF	1026
Aspectos Gerais do Recurso	1027
14.7.5. Agravos	1028
14.7.6. Carta testemunhável	1029
14.7.7. Correição parcial	1029
14.7.8. Recurso extraordinário e recurso especial	1030
14.7.8.1. Legitimidade e interesse	1031
14.7.8.2. Procedimento	1031
14.7.8.3. Agravo contra denegação do recurso extraordinário e do recurso especial	1032
14.7.8.4. Efeitos	1033
14.7.9. Recurso ordinário constitucional	1035
14.7.10. Embargos de divergência	1035
14.8. Ações autônomas de impugnação	1036
14.8.1. Revisão criminal	1037
14.8.1.1. Conceito e natureza jurídica	1037
14.8.1.2. Fundamentos para a revisão criminal	1038
14.8.1.3. Condições da ação	1039
14.8.1.4. Reiteração de pedido	1039
14.8.1.5. Revisão criminal e soberania dos veredictos	1039
14.8.1.6. Capacidade postulatória – Necessidade de prisão – Prazo para o exercício	1040
14.8.1.7. Competência	1040
14.8.1.8. Procedimento	1041
Ônus da prova	1041
14.8.1.9. Antecipação de tutela (liminar)	1042

14.8.1.10. Sentença, recursos e coisa julgada	1042
14.8.2. Habeas Corpus	1043
14.8.2.1. Origem e natureza jurídica	1043
14.8.2.2. Espécie de Habeas Corpus: liberatório e preventivo	1043
14.8.2.3. Condições da ação	1044
<i>Pressupostos processuais</i>	1045
14.8.2.4. Competência	1046
14.8.2.5. Procedimento	1046
14.8.2.6. Sentença e coisa julgada	1048
14.8.2.7. Alguns aspectos controvertidos em torno do Habeas Corpus	1048
<i>Habeas Corpus ex officio e súmula 691 do STF. Anotações críticas.</i>	1048
<i>Habeas Corpus substitutivo de recurso.</i>	1053
14.9. Resumos esquemáticos	1054
15. EXECUÇÃO PENAL	1059
15.1. Considerações iniciais	1059
15.2. Princípios constitucionais incidentes sobre a execução penal	1060
15.3. Dos órgãos da execução penal	1061
15.4. Dos estabelecimentos penais	1062
15.5. Do condenado	1063
15.5.1. Da classificação dos condenados	1063
15.6. Da assistência	1064
15.7. Do trabalho, do estudo e da remição	1064
15.7.1. Remição pelo estudo, pela leitura e a jurisprudência do STJ	1065
15.8. Dos direitos e deveres do condenado	1068
15.9. Da disciplina e das infrações administrativas e suas respectivas sanções	1068
15.9.1. RDD – Regime Disciplinar Diferenciado	1069
<i>Nossa posição</i>	1071
15.10. Da competência executória	1071
15.11. Do processo executório	1071
15.11.1. Da execução provisória da pena	1072
<i>Execução Provisória e Condenação Pelo Júri: Crítica ao STF.</i>	1075
15.11.2. Execução das penas em espécie	1077
15.11.2.1. Da execução das penas privativas de liberdade	1077
15.11.2.2. Monitoramento eletrônico	1078
15.12. Do procedimento	1079
15.13. Da dinâmica da execução	1079
15.14. Resumos esquemáticos	1080
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1085